



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Veículo: CORREIO DE SERGIPE
Identificação: GERAL A5
Data: 09/11/2012

Para PGE, Ação contra FHS tramita de forma lenta

A Ação Declaratória de Nulidade de Ato Administrativo com pedido de Tutela Inibitória e Prestação de Contas assinada por 30 procuradores e ajudada pela Procuradoria Geral do Estado (PGE) no dia 10 de setembro passado em desfavor da Fundação Hospitalar de Saúde (FHS) e da empresa Transurh Recursos Humanos Ltda. tramita no Judiciário sergipano sem nenhuma novidade.

Segundo informações da própria PGE, as ações referentes ao processo são lentas, demandam levantamento de provas, pedem audiências, juntada de documentos e possibilidade de perícias. Assim sendo, passarão ainda pelo Juizado de 1º grau, cabendo recurso. Em poucas palavras, pode-se dizer que de setembro para cá, mesmo com as denúncias levantadas pelo jornal Correio de Sergipe, pouca coisa andou no sentido de apurar a existência do

provável Mensalão sergipano.

Para relembrar o caso, a ação foi ajuizada logo que se verificou a existência de um quadro composto por desordem na utilização de recursos públicos; ações que implicam em grave ofensa aos princípios da legalidade, da eficiência e da moralidade, e que ensejam a responsabilização de gestores envolvidos em provável crime de improbidade administrativa; suposto esquema de tráfico de influência; utilização do Banco do Estado de Sergipe (Banese), pela Fundação Hospitalar de Saúde (FHS), para pagamento de dívidas junto a terceiros; intermediação ilícita de empréstimos bancários; crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e contra a economia popular; transferência de erário de quase R\$ 1 bilhão.

• Mensalão sergipano

Ao longo desse tempo, várias insti-

tuições se manifestaram sobre o assunto, a começar pelo Sindicato dos Médicos de Sergipe (Sindmed/SE) que, intermediado por seu presidente Luiz Carlos Spina, destacou que todos os problemas relacionados à Fundação já constavam nas previsões do Sindmed desde que sua criação foi aprovada pela Assembleia Legislativa de Sergipe (Alese).

Destaque-se que na época, o Sindmed provocou não apenas a imprensa como também a Ordem dos Advogados do Brasil em Sergipe (OAB/SE) para denunciar o que ele chama de 'ação inconstitucional'. "Quem fez a FHS, partiu do princípio que o servidor público é preguiçoso. A FHS é exatamente o espelho do que tem na Secretaria de Estado da Saúde (SES), ou seja, uma estrutura dupla, que tem gastos paralelos", lamentou Spina.

A Ordem dos Advogados do Brasil

Seccional Sergipe (OAB/SE) e o Sindicato do Fisco do Estado de Sergipe (Sindifisco) também se manifestaram sobre a existência do suposto Mensalão em Sergipe. As duas entidades acreditam que o Ministério Público do Estado (MPE), na condição de legítimo fiscalizador do erário público, deve se posicionar acerca de tudo o que foi denunciado pela PGE.

Para o auditor fiscal e presidente do Sindifisco, José Alberto Garcez de Carvalho, corrobora com a OAB e acredita que a FHS foi criada pelo Estado para modificar o formato do serviço público e como forma de privatizar a saúde local, que, segundo ele, passou a ser uma fundação com interesses privados. "Sem dúvida, o MPE era quem deveria estar correndo atrás disso tudo, para acompanhar de perto o que está acontecendo", explica José Alberto.